



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

MATEUS SALOMÃO BARBOSA

VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA:
Grande reportagem sobre crimes em escolas públicas do DF

Brasília
2023

MATEUS SALOMÃO BARBOSA

VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA:

Grande reportagem sobre crimes em escolas públicas do DF

https://mateusalomao.github.io/crimes_escolas_publicas.github.io/

Memorial descritivo de produto apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Kalume Maranhão

Brasília
2023

MATEUS SALOMÃO BARBOSA

VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA:

Grande reportagem sobre crimes em escolas públicas do DF

Memorial descritivo de produto apresentado à
Universidade de Brasília como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Ana Carolina Kalume Maranhão

ORIENTADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Soares de Almeida

MEMBRO 1

Prof. Dr. Rogério José Camara

MEMBRO 2

Prof. Dr. Sérgio Araújo de Sá

SUPLENTE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado nessa caminhada que, agora, resulta na apresentação do presente trabalho.

Destaco, em primeiro lugar, o papel da minha família, que me deu suporte não só nesses cinco anos de Universidade de Brasília como em toda minha trajetória educacional. Faço uma menção especial ao meu pai, que sempre defendeu a educação como o único caminho justo e possível para mudar nossa realidade. A vida não o permitiu acompanhar a conclusão desta etapa, mas tenho certeza que estaria satisfeito com a concretização de um sonho que não era só meu, mas dele também.

Agradeço aos amigos que a UnB me deu a oportunidade de conhecer. Entre altos e baixos, nos adaptamos uns aos outros e amadurecemos juntos. A pandemia nos testou por diversas vezes, e deixou aquela sensação de termos perdido tantos momentos especiais que poderíamos ter tido na universidade ou fora dela. Em uma conversa de WhatsApp ou sentados pelo ICC, ter tido vocês ao meu lado foi parte essencial nessa etapa.

Faço um agradecimento à minha orientadora, pela parceria e acolhimento durante toda a produção do presente trabalho, sobretudo pela compreensão e paciência no desenvolvimento da pesquisa. Agradeço à Universidade de Brasília, em especial ao corpo docente da Faculdade de Comunicação, que me guiou nessa imersão ao Jornalismo, onde pude me encontrar.

RESUMO

A criminalidade compõe o quadro a que as escolas públicas do DF estão expostas diariamente. Nos últimos anos, porém, o número de ocorrências teve um incremento e captou a atenção da comunidade escolar, da imprensa e dos gestores públicos. O presente memorial detalha o processo de apuração e produção de uma grande reportagem, realizada no período de outubro de 2022 a dezembro de 2023, sobre esse cenário instalado nas unidades de ensino. O objetivo é traçar um panorama da violência nas escolas públicas da capital federal vinculadas à SEEDF, por meio de um mapeamento de ocorrências policiais, de 2017 a 2022, ancorado nos crescentes casos ocorridos no ano de 2022 e 2023.

Palavras-chave: Escola; Violência; Dados; Jornalismo; Lei de Acesso à Informação.

ABSTRACT

Crime is part of DF's public schools routine. In recent years, however, the number of police reports linked to these places has increased and captured the attention of the school community, the press and the policy-makers. This work details the process of investigation and production of a special report, carried out from October 2022 to December 2023, about this scenario installed in schools. The objective is to draw an overview of violence in public schools in the federal capital linked to SEEDF, through a mapping of police reports, from 2017 to 2022, anchored in the increasing cases that occurred in 2022 and 2023.

Key Words: Schools; Violence; Big Data; Journalism; Freedom of Information.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1.1 Contextualização..... | 7 |
| 1.2 Objetivos..... | 10 |
| 1.2.1 Objetivo geral:..... | 10 |
| 1.2.2 Objetivos específicos:..... | 10 |
| 1.3 O problema da violência nas escolas..... | 10 |
| 2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA..... | 11 |
| 2.1 Violência no âmbito escolar..... | 11 |
| 2.2 Grande reportagem..... | 13 |
| 2.3 Jornalismo de dados..... | 15 |
| 3. PROCESSO DE PRODUÇÃO DA REPORTAGEM..... | 16 |
| 3.1 Pedido de acesso à informação..... | 16 |
| 3.2 Mapeamento de ocorrências policiais..... | 17 |
| 3.2.1 Análise dos Resultados..... | 18 |
| 3.3 Coleta de dados do Saeb 2021..... | 19 |
| 3.3.1 Análise dos resultados..... | 20 |
| 3.4 Entrevistas..... | 21 |
| 3.5 Apresentação da reportagem..... | 23 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 24 |
| Referências Bibliográficas..... | 25 |
| APÊNDICE A..... | 30 |
| APÊNDICE B..... | 31 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Não raro, a rotina dos moradores das grandes cidades brasileiras é permeada pela criminalidade, seja por crimes contra o patrimônio ou até mesmo por crimes violentos. Na região central do país, o Distrito Federal (DF) não foge à regra apresentada nas outras unidades da federação. Segundo dados agregados (DISTRITO FEDERAL, 2023) em relatório estatístico da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), apenas em 2022, morreram 285 pessoas em ocorrências descritas como homicídio, latrocínio ou lesão corporal seguida de morte. Ainda nesse mesmo documento, a pasta aponta ter dados de 27,5 mil ocorrências ligadas a roubos e furtos. Os números, que revelam uma alta incidência de crimes das mais diversas naturezas na capital federal, ajudam a explicar a sensação de insegurança que atravessa sua realidade e interfere na interação dos brasilienses com a cidade.

Nesse diapasão, tendo em vista que a situação do DF é compartilhada por outras unidades da federação, o combate à violência tomou posição central no debate nacional em torno da formulação e adoção de políticas públicas. O tema, além de engajar a sociedade civil em busca de soluções, pauta a atuação de agentes políticos nas esferas federal, estadual e municipal. É no seio dessa discussão que, na última década, nasceram propostas como a facilitação do acesso a armas de fogo pela população civil — concretizada pelo Executivo federal durante o governo de Jair Bolsonaro — e a busca pela redução da maioria penal. A violência, embora paute diversos políticos, não encontrou solução que mire suas raízes e que seja capaz de extingui-la.

Também sem serem adotadas medidas capazes de freá-la, a violência se dissemina para espaços como as escolas públicas da capital federal, que são objeto de estudo no presente trabalho. Segundo dados do Censo Escolar de 2022, reunidos e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a rede pública do DF soma mais de 448 mil matrículas na educação básica, enquanto a rede privada ficou na casa das 195,6 mil. Assim, as escolas públicas abarcam quase 70% das matrículas na capital federal (BRASIL, 2023). Fora a rede federal, que aglutina os Institutos Federais (IFs) e os colégios militares, a rede pública de ensino da capital federal, entre instituições que oferecem

a educação básica e complementar, conta com mais de 700 unidades espalhadas pelas regiões administrativas do DF.

Diante da grande capilaridade da rede de ensino vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), as unidades escolares, ao abarcar distintos contextos sociais dos brasilienses, acabam por se tornar palco da manifestação dos mais diferentes tipos de violência. Não bastassem os desafios orçamentários e pedagógicos, essas instituições precisam lidar tanto com a sensação de insegurança quanto com situações de agressões que maculam a experiência de alunos, responsáveis, professores e servidores. A realidade é evidenciada por relatos noticiados na mídia nos últimos anos.

Foi justamente nesse mesmo período que cresceram os esforços dos governos em torno da militarização das escolas públicas, por meio da gestão compartilhada. Nesse modelo, a gestão administrativa e pedagógica continua sob responsabilidade dos professores, mas a gestão disciplinar passa para agentes da Polícia Militar, Bombeiros ou Forças Armadas. No DF, a militarização encontrou espaço para ser aplicado nas escolas da rede pública de ensino vinculadas à SEEDF. No momento da produção do presente trabalho, a capital federal contabiliza 16 instituições (DISTRITO FEDERAL, 2023), que somam mais de 17 mil alunos, submetidas à gestão compartilhada implementadas pela gestão do governador Ibaneis Rocha (MDB-DF). O artigo nº 22 da Portaria Conjunta nº 02, de 28 de outubro de 2020, que instituiu o programa afirma objetivar:

Instituir as Escolas de Gestão Compartilhada - EGCs, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, doravante denominados Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal, como Unidades Escolares - UEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de Ensino Fundamental e Médio, por intermédio das quais ações conjuntas são realizadas, entre as Secretarias supracitadas, a fim de proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania. (DISTRITO FEDERAL, 2020)

Na esfera federal, o governo de Jair Bolsonaro, em 2019, por meio do decreto nº 10.0041, de 5 de setembro de 2019, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que tinha entre seus objetivos contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares (BRASIL, 2019). O Pecim, encerrado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, era desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa (GODOY, 2023). Ainda que tenha acabado, o governo federal não

impediu a continuidade do modelo de gestão compartilhada. Nesse sentido, as quatro escolas do DF que faziam parte do Pecim, passaram à gestão compartilhada entre a SEEDF e a SSP (GALVÃO, 2023).

O esforço pela militarização das escolas públicas representou umas das principais ações voltadas ao combate à violência escolar nos últimos anos. O efeito, porém, foi limitado, tanto por englobar uma ínfima parcela de instituições comparado ao tamanho da rede quanto por apostar na repressão da indisciplina como principal solução da questão. O problema, vale destacar, é sistêmico. Pesquisa do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), divulgada em setembro de 2018 e que contou com a participação de 1.355 professores, revelou que 58% dos educadores da capital federal afirmam ter sido vítimas de algum tipo de agressão na escola ou dentro de sala de aula, sendo que 43% dos agressores seriam os próprios alunos (MARQUES, 2018).

A pandemia da Covid-19, e o consequente isolamento social para combater a disseminação do SARS-CoV-2, afastou os estudantes de sala de aula e colocou em suspenso a questão. Com o retorno gradual e a normalização da rotina, a preocupação quanto ao espalhamento do vírus deu lugar aos repetidos registros de violência, principalmente de ameaças e agressões entre estudantes. A situação colocou a violência escolar no centro das ações do executivo distrital. No início de 2022, a maré de violência levou a SEEDF, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a lançar o Plano de Urgência pela Paz nas Unidades Escolares do DF (LIMA, 2023). As ações se concentram nas unidades de ensino em que mais foram registrados casos de brigas e agressões entre os alunos.

Entre o fim de 2022 e início de 2023, uma nova onda atingiu as escolas do DF. Dessa vez, porém, o cenário era mais amplo, já que cresceu no país o medo de ataques armados em escolas, diante da repetição de ocorrências do tipo. Diante do medo e registro de ameaças, a SEEDF, no início de 2023, formulou protocolo de ação, abriu canais de denúncia e tomou medidas de prevenção, como um aumento no efetivo nas escolas. Relatório preparado pelo Grupo de Trabalho de Educação do Governo de Transição (CARA, 2022), mostra que de 2000 a 2022 o país registrou 16 ataques a tiros em escolas, com 35 vítimas fatais e 72 feridos.

Nesse contexto, em que a violência nas escolas não dá sinais de arrefecer e que as medidas tomadas pelo combate à questão nas escolas públicas mostram-se insuficientes, o

presente trabalho busca produzir uma reportagem em profundidade sobre a violência que permeia a rotina das instituições de ensino vinculadas à Secretaria de Estado de Educação do DF nos últimos anos. Entre os recursos a serem utilizados, além de entrevistas com membros da comunidade escolar, estão a análise de dados da Polícia Civil, obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), e exploração de bases de dados do Inep.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral:

O presente trabalho tem como objetivo a construção de uma reportagem em profundidade contendo um panorama da violência em escolas públicas da capital federal vinculadas à SEEDF, por meio de um mapeamento de ocorrências policiais ancorado nos crescentes casos ocorridos nos anos de 2022 e 2023.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Investigar as possíveis evoluções na série histórica no que se refere ao número de ocorrências nas unidades escolares e apontar destaques, por meio de um levantamento de dados de ocorrências policiais;
- Discutir e a efetividade de medidas adotadas pelo poder público na busca por soluções para a violência nas escolas públicas de ensino do DF, a partir da entrevista com membros da comunidade escolar e especialistas.

1.3 O problema da violência nas escolas

Embora a segurança pública seja parte central na discussão de políticas públicas no país, os governos têm falhado na adoção de medidas que satisfaçam a população ao reduzir indicadores criminais e a sensação de insegurança nas cidades. Nesse contexto, alas da extrema-direita dominaram o campo, nos últimos anos, com propostas relacionadas ao aumento do encarceramento, recrudescimento da violência policial e armamento da população civil. Foi o momento em que também ganhou força o incentivo e a ampliação da gestão compartilhada das escolas entre professores e agentes das forças de segurança, a fim de garantir a disciplina e sanar questões relacionadas à criminalidade nesses espaços.

Em entrevista à reportagem, produto do presente trabalho, Catarina Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, ressaltou que não é possível combater a violência na escola, simplesmente, com repressão policial ou controle cada vez maior. A docente indicou que combater a violência significa combater as suas causas, o que demandaria ações pedagógicas. A coordenadora educacional do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 101 do Recanto das Emas, Zenilda Martins, por sua vez, disse à reportagem que a escola não daria conta de resolver sozinha essas questões, já que refletem problemas encontrados na sociedade de forma geral. Segundo ela, faz-se necessária uma ação integrada entre assistência social, educação e segurança pública, além de outras pastas ligadas ao Governo do Distrito Federal.

A seleção do tema da violência nas escolas públicas do DF ocorreu no início da disciplina de pré-TCC, da Faculdade de Comunicação da UnB, em 2022. À época, o assunto tinha espaço de destaque nos noticiários locais, tanto pelos casos de agressão entre alunos quanto pelas medidas adotadas pela SEEDF. Em um dos eventos que mais me chamou atenção, ocorrido em março de 2022, uma jovem apontou uma arma para a cabeça de uma estudante na saída de escola da região administrativa de São Sebastião (RIBEIRO, 2023). Não pude prever, porém, que a situação pioraria com a onda de ameaças de ataques armados às instituições de ensino de todo o país, o que projetou ainda mais o tema.

A proposta que apresentei à minha orientadora previa o uso de dados públicos para montar o quadro da situação, mas indo além da reprodução de relatórios estatísticos da SSPDF, a fim de apresentar um mapa interativo, por meio do qual fosse possível que o leitor procurasse determinadas escolas para checar como foi atingida pela violência nos últimos anos. A saída que encontrei foi aliar as entrevistas a análises de bases de dados públicas da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI).

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 Violência no âmbito escolar

Violência escolar, no entendimento popular, engloba variados fenômenos que ocorrem nas instituições de ensino da educação básica, desde indisciplina a condutas criminosas

(MARTINS, 2005). Para avançar na discussão, portanto, é necessária uma conceituação mais específica do que consiste a violência no âmbito escolar, que vá além do senso comum, e que defina de forma qualificada o conceito discutido no presente trabalho. Martins (2005) considera que o termo, apesar de usualmente ser vulgarizado a fim de englobar distintos contextos, deve ser enquadrado apenas em referência a situações mais graves de conduta anti-social que infligem danos contra pessoas e que ocorrem no contexto escolar.

Nessa linha, Priotto (2009) situa a discussão:

Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar (PRIOTTO, 2009, p. 2)

Nesello (2014) aponta que a falta de melhor especificação sobre a área, resulta no apagamento de determinados tipos de violência, como a psicológica — representada em casos de humilhação, desprezo ou bullying — das produções acadêmicas. Tendo em vista a diversidade de entendimentos sobre o termo violência escolar, presente até mesmo na produção acadêmica sobre o assunto, o autor considera:

A sistematização do conceito de violência escolar é essencial para o estabelecimento de diálogo entre pesquisadores e para a construção de instrumento de referência para coleta de dados que possibilite maior nível de detalhamento e auxilie na compreensão desse fenômeno. (NESELLO, 2014, p. 5)

Ao descrever as causas relacionadas à incidência de violência nessas escolas, Priotto (2009) exprime que não é um fenômeno com início e fim no âmbito escolar, uma vez que traz elementos de situações vividas pelos estudantes do lado de fora das instituições, pois reflete “uma espécie de afirmação, pela violência, do direito a ser reconhecido, em situações de extrema desvantagem, decorrentes do estigma”. Nesse quadro, a violência seria uma forma de autoafirmação do indivíduo, em desvantagem, diante dos seus pares.

Tendo em vista a diferença de modelo de gestão e a distinção de contextos sociais dos membros da comunidade escolas, há uma desigualdade na exposição a fatores de risco para violência escolar segundo o contexto social, de forma que alunos de escolas públicas, que geralmente provêm de famílias com menor poder aquisitivo, compartilham de maior sensação de estarem expostas à violência em comparação aos estudantes de escolas particulares (NESELLO, 2014). Nesse diapasão, é de se esperar que as escolas públicas do Distrito

Federal reflitam o cotidiano de violência da capital federal, mas a forma com que o fenômeno se apresenta as distingue das instituições particulares.

Gomes (2006) exemplifica a situação ao apontar que, enquanto nas escolas públicas o combate a situações de violência se dá principalmente pela atuação da polícia, as escolas particulares apostam no controle preventivo de pessoas e seus movimentos. Descreve:

Indagados sobre os fatores que geram as violências, os sujeitos das escolas públicas indicaram as desigualdades sociais, o dinheiro e o poder, a falta de atividades para jovens, a discriminação e a “ruindade de certas pessoas” [...] As drogas e a bebida foram também apontadas como fatores de violência, amplamente utilizadas tanto pelas gangues quanto pelas galeras, pelo menos numa relação causal indireta. Igualmente a falta de apoio da família e a pressão dos colegas (“muitas vezes participa de atos de violência e de gangues só pra ficar bem com os amigos, mas nem é que gosta de verdade”) contribuem para o conformismo da sociedade adolescente. (GOMES, 2006, p. 8)

O fenômeno da violência escolar ocorre de maneira multifacetada e mais frequente sob as formas verbal e física (CODEPLAN, 2019). Estudo, realizado na comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental (CEF) Zilda Arns, localizado no Itapoã, por exemplo, constatou que cerca de 73,6% dos estudantes consideram a escola um ambiente suscetível a situações de violência. O trabalho ainda aferiu que 27% dos alunos já passaram por pelo menos uma situação de violência física ou sexual.

2.2 Grande reportagem

Lage (2015) distingue o conceito de notícia do de reportagem. Enquanto o primeiro, se envolve na cobertura objetiva de um fato ou de uma série de fatos, a reportagem se debruça no “levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido”. Na produção de uma reportagem, lembra o autor, dá-se maior liberdade para a estruturação da narrativa, variando conforme o veículo, o público e o assunto que retrata. Lage ainda destaca que, diferentemente das notícias, na reportagem, a autoria passa a ser importante, o que acarreta certa competência analítica:

De qualquer maneira, existe sempre alguma interpretação nas reportagens. O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores. (LAGE, 2015, p. 3)

É necessário, porém, distinguir a reportagem em profundidade, ou grande reportagem, das reportagens que se apresentam diariamente na rotina das redações. De acordo com Kotscho (2000), apesar de parecer pretensioso, o termo “grande reportagem” faz parte do

jargão utilizado dentro das redações jornalísticas para se referir a “matérias mais extensas, que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando todos os seus ângulos”. O autor esclarece que o nome não se deve apenas ao tamanho, mas pelo investimento empreendido para sua produção. Detalha:

A grande reportagem rompe todos os organogramas, todas as regras sagradas da burocracia — e, por isso mesmo, é o mais fascinante reduto do Jornalismo, aquele em que sobrevive o espírito de aventura, de romantismo, de entrega, de amor pelo ofício. (KOTSCHO, 2000, p. 71)

A grande reportagem, como ressalta Lobato (2016), possui características essenciais ao seu formato, que são: “I – ampliação espaço-temporal do fato social; II – construção dramática das cenas; III – reforço da enunciação e da autoria; IV – singularização do fato por meio de personagens e histórias de vida; e V – uso de técnicas e índices de ficcionalização”. O entendimento trazido pelo autor corrobora a análise de Kotscho (2000), principalmente no item III, no que diz respeito ao reforço da autoria, já que o modelo valoriza o envolvimento ativo do repórter, podendo em alguns casos tornar-se personagem da história contada.

Com a popularização da internet, a grande reportagem não só se adaptou ao meio como ganhou novas características (LONGHI, 2014). A partir de reportagens como *Snow Fall – The avalanche at Tunnel Creek*, do jornal americano The New York Times, e *NSA Files: Decoded*, do The Guardian, ficou marcada essa evolução. Relata:

Essas grandes reportagens multimídia utilizam de modo inovador os recursos da linguagem hipermídia, especialmente a convergência de linguagens, a interatividade e a imersão e engajamento com o leitor. Ao lado desses aspectos, são grandes reportagens que examinam em profundidade temas jornalísticos de atualidade, utilizando um desenho de interface e navegação até então nunca vistos no jornalismo online. (LONGHI, 2014, p. 14)

É nesse contexto, da convergência entre a disseminação do acesso à internet e as grandes reportagens, que ganha destaque a técnica de apresentação de reportagem chamada *scrollytelling* – que se caracteriza pela apresentação de uma narrativa, muitas vezes com um grande volume de informações, que aposta em um maior engajamento do leitor com base na interação, além de contar com grande número de fotos e infográficos (SEYSER, 2018). Desse modo, o trabalho que antecede a publicação de uma grande reportagem na internet, ao menos nas grandes redações brasileiras, costuma ser antecedida também pela preparação de um hotsite, em que o texto da reportagem é aliado a elementos visuais, em uma estrutura distinta dos materiais publicados diariamente pelo veículo.

2.3 Jornalismo de dados

O que entendemos hoje por jornalismo de dados, no qual repórteres se utilizam de técnicas da ciência de dados para apuração de materiais jornalísticos, se relaciona ao jornalismo de precisão. O conceito difundido por Philip Meyer, na década de 1970, contempla a aplicação de técnicas das ciências sociais na rotina jornalística. Em *The New Precision Journalism*, Meyer (2001) destaca:

As ferramentas de amostragem, análise computacional e inferência estatística aumentaram o poder tradicional do repórter sem alterar a natureza da sua missão – encontrar os factos, compreendê-los e explicá-los sem perder tempo. (tradução livre) (MEYER, 2001)

Lima (2000) destaca que o jornalismo de precisão se caracteriza por aliar a apuração clássica com pesquisas promovidas pelos próprios repórteres, seja por meio da produção de bases de dados ou pela coleta e seleção de informações já existentes. Meyer acrescenta que, apesar dos computadores permitirem aos repórteres análises que antes não eram possíveis, para se tirar proveito delas, é necessário “pensar como os cientistas”. Descreve:

Os jornalistas tendem a ser pessoas práticas e, como tal, às vezes são demasiado rápidos a desprezar as pessoas que lidam com o que nos parece ser uma teoria vazia, sem qualquer aplicação no mundo real. Mas sem teoria, não temos nada além de dados brutos desordenados e sufocamos neles. O computador pode colocá-lo em ordem alfabética para nós, pode nos fornecer listas ordenadas por qualquer dimensão encontrada nos dados, mas ainda precisamos de uma teoria para dar um ponto à lista. (tradução livre) (MEYER, 2001)

Outra influência ao jornalismo de dados se deu na inserção de computadores, internet e softwares de análise de dados nos ambientes de redação. No final do século XX, surge a técnica classificada como Reportagem com o Auxílio do Computador (RAC). Difundidas nas redações durante a década de 80, as práticas de RAC passaram então a ser ensinadas em cursos e escolas de jornalismo (JANSEN, 2011). Lage (2017) define:

A RAC baseia-se no emprego de técnicas instrumentais: a navegação e busca na Internet, a utilização de planilhas de cálculo e de bancos de dados. Trata-se de colher e processar informação primária ou, pelo menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público. (LAGE, 2017)

No sentido de explicar no que consiste o jornalismo de dados, Martinho (2014) faz uma distinção:

São três as nomenclaturas que aparecem mais recorrentemente quando se discute o que é jornalismo de dados: “data journalism”, “database journalism” e “data-driven journalism”. Alguns autores distinguem-nos, definindo o primeiro de forma mais abrangente, como o jornalismo que trata grandes quantidades de dados, o segundo aparece muitas vezes como o jornalismo centrado nos dados, por oposição ao

terceiro que utiliza dados para “chegar” a histórias e enriquecê-las. (MARTINHO, 2014, p. 5)

De acordo com Lima (2000), o jornalismo de dados é caracterizado pela aplicação de metodologia científica na apuração das notícias. A análise de dados estruturados em tabelas, com uso de linguagens de computação (como Python e R) ou de softwares de análise de planilhas, ganhou espaço dentro das principais redações do país por permitir a descoberta de informações exclusivas — rendendo até mesmo furos de reportagem — em informações cedidas pelo poder público em transparência ativa.

O presente trabalho se utiliza do método ao explorar bases de dados públicas, analisar dados públicos e fazer uso de ferramentas como programação e softwares de análise de dados, no sentido de atestar a tese de que a violência tem se instalado como parte da rotina das escolas públicas do DF, para além da mera impressão.

3. PROCESSO DE PRODUÇÃO DA REPORTAGEM

3.1 Pedido de acesso à informação

A Lei de Acesso à Informação (LAI) — nome popular para a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 — estabelece, em seu artigo de nº 8, que órgãos e entidades públicas devem promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (BRASIL, 2012). O GDF, em atenção a esse instrumento, conta com páginas voltadas à publicação rotineira de dados e estatísticas das mais diversas áreas. Uma vez que o presente trabalho objetivou trabalhar com dados desagregados de ocorrências policiais, as informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública, em transparência ativa, não contemplavam a necessidade.

Dessa forma, enviei pedido de acesso à informação à Polícia Civil do DF para ter acesso aos dados desejados. A primeira resposta, apesar de atender os prazos estabelecidos em lei, tinha parte dos arquivos corrompida. Como acreditava ser um problema de compatibilidade do computador com os dados, levei certo tempo para perceber que os arquivos haviam sido “cortados”, e acabei perdendo o prazo de recurso previsto em lei.

Constatado o problema, encaminhei nova solicitação ao portal Participa-DF, ressaltando o erro no envio anterior. A resposta apresentada pela Polícia Civil dava conta que o sistema não tinha capacidade de receber os arquivos devido à grande dimensão deles (cerca de 119,7 MB). Dessa forma, a corporação solicitou que eu fosse ao Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, localizado a pouco mais de 26 km da minha residência e a cerca de 8 km da Universidade de Brasília. Por fim, tive acesso ao material, que foi disponibilizado em uma mídia física de DVD.

3.2 Mapeamento de ocorrências policiais

A disposição em mapas de dados relacionados a ocorrências policiais permite constatar áreas vulneráveis e a relação entre a incidência dos crimes e as características do espaço (RIEBOLD, 2015). Os dados que obtive da Polícia Civil do Distrito Federal contemplavam 12.355 ocorrências, relacionadas a instituições de ensino do DF. As tabelas, porém, contemplavam casos em unidades públicas e privadas, tanto da educação básica quanto superior. Uma análise preliminar apontou, além de quantidade significativa de erros de classificação, uma ausência de uniformidade na apresentação dos endereços das escolas.

Dessa forma, as localidades precisaram ser padronizadas e desconsiderados aqueles campos que não se referiam a instituições de ensino ou que não permitiam distinguir a unidade de forma clara. Ademais, desconsiderou-se ocorrências relativas a agências bancárias localizadas dentro das unidades de ensino. A fim de melhor especificar cada endereço, optou-se pela padronização da descrição do local de forma equivalente ao Censo Escolar, com o uso do programa OpenRefine. As alterações foram feitas item a item.

Vencida esta etapa, partiu-se para o cruzamento dos dados de ocorrências nas escolas do DF com as tabelas do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a fim de obter o Código Inep de cada instituição. O resultado foi submetido a novo cruzamento com dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de forma a serem acrescentadas à tabela informações de localização, como região administrativa e coordenadas geográficas.

É sabido que nos dias de votação as escolas recebem seções eleitorais. Como o espaço temporal analisado engloba duas eleições gerais, foram retiradas da análise as seguintes datas:

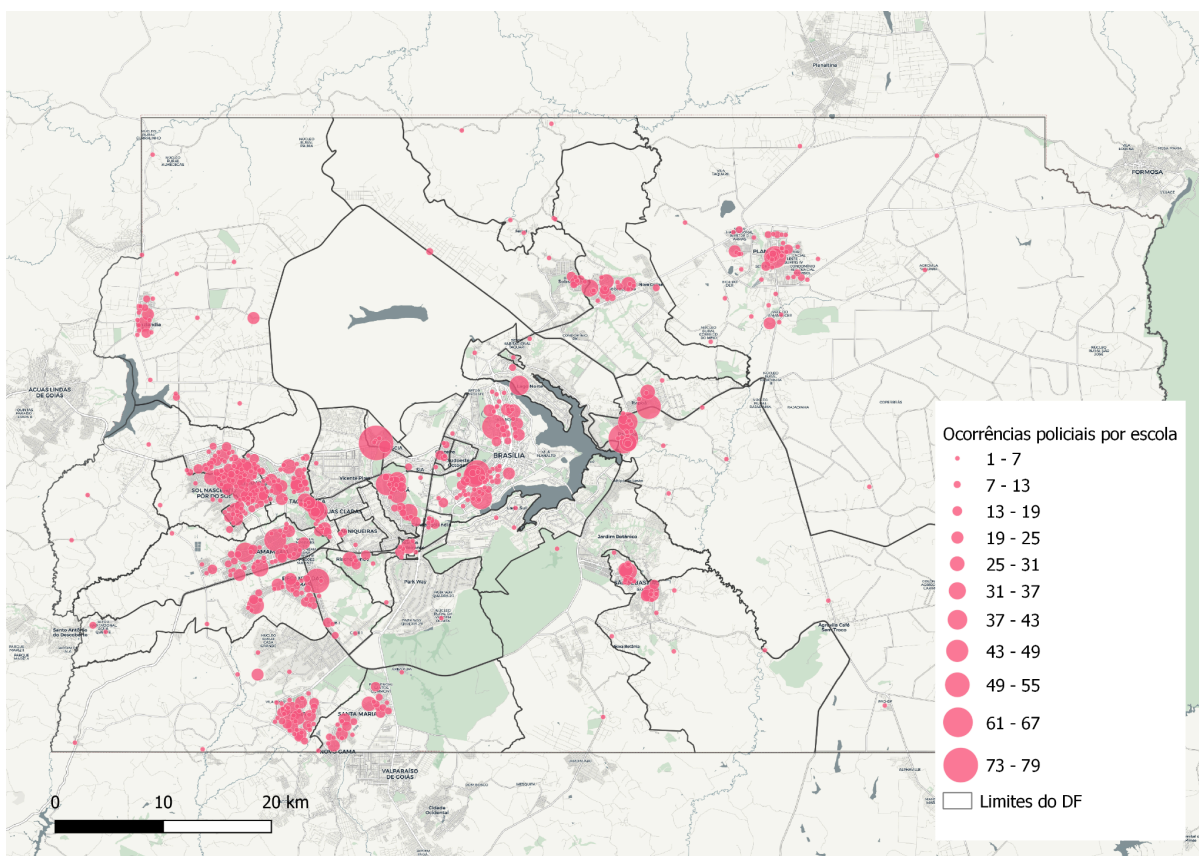
7 e 28 de outubro de 2018, além de 2 e 30 de outubro de 2022. Uma vez que o presente trabalho busca mapear a realidade a que a comunidade escolar está exposta, optou-se por excluir as ocorrências relacionadas às datas.

Além disso, como forma de melhor refletir a percepção de violência, a análise optou pela exclusão de ocorrências relacionadas à violação do Código do Consumidor, crimes ambientais e de trânsito, além da localização de veículos. As ocorrências ausentes de classificação do tipo de crime a que se relaciona ficaram de fora, como “em apuração” e “crimes diversos”.

3.2.1 Análise dos Resultados

A filtragem dos dados de ocorrências registradas entre 2017 e 2022 resultou em uma tabela com 5.437 ocorrências relacionadas a 574 instituições de ensino públicas do Distrito Federal, vinculadas à Secretaria de Educação do DF.

Figura 1 - Mapa com a distribuição de ocorrências policiais por escolas públicas do DF



Na dianteira dos registros, consta o CED 01 da Estrutural, com 77 ocorrências identificadas no período. A lista é seguida pelo CEF 01 do Paranoá, com 66 registros. Na 3ª e na 4ª posição, ambas com um acumulado de 53 casos, consta o CEF 01 do Riacho Fundo II e o Centro de Ensino Médio (CEM) Elefante Branco.

3.3 Coleta de dados do Saeb 2021

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ANUÁRIO, 2023) incluiu um estudo sobre violência nas escolas brasileiras na edição deste ano. Para isso, os pesquisadores envolvidos no trabalho utilizaram dados de respostas dos diretores das instituições durante a aplicação da edição de 2021 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — anteriormente conhecida como Prova Brasil. Nos dados divulgados pelo Inep e agregados pelo relatório, por exemplo, consta que cerca de 1,7% das escolas brasileiras registraram relatos de tiroteio ou bala perdida. O cenário, segundo os pesquisadores, é alarmante.

A avaliação é aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada para avaliar o desempenho dos estudantes. As respostas dos gestores ao questionário é uma importante ferramenta para acompanhar o avanço da violência nesses espaços. A fim de focar a lente sobre a situação na capital federal, realizei um filtro na base de dados de 2021 do Inep para manter apenas dados para escolas da rede pública de ensino do DF. Os dados, porém, não permitem fazer distinção quanto ao tipo de administração da escola, se federal, estadual ou municipal.

3.3.1 Análise dos resultados

A filtragem dos microdados do Saeb de 2021 para escolas públicas da capital federal resultou em informações sobre 553 unidades de ensino. As respostas às perguntas selecionadas variam no seguinte espectro: nunca, poucas vezes, várias vezes e sem resposta. Os valores agregados por respostas estão dispostos na seguinte tabela, em números absolutos:

Tabela 1 – Frequência de eventos relacionados à violência nas escolas públicas do DF, de acordo com a resposta de diretores ao Saeb de 2021. Fonte: Do autor.

| Evento relacionado à violência | Nunca | Poucas vezes | Várias vezes | Sem resposta |
|---|-------|--------------|--------------|--------------|
| Atentado à vida | 442 | 24 | 0 | 87 |
| Lesão corporal | 414 | 49 | 3 | 87 |
| Roubo e furto | 324 | 129 | 12 | 88 |
| Tráfico de drogas | 389 | 67 | 9 | 88 |
| Permanência de pessoas sob efeito de álcool | 398 | 64 | 2 | 89 |
| Permanência de pessoas sob efeito de drogas | 394 | 67 | 3 | 89 |
| Porte de arma | 425 | 40 | 0 | 88 |
| Assédio sexual | 430 | 34 | 0 | 89 |
| Discriminação | 301 | 155 | 7 | 90 |
| Bullying | 156 | 278 | 30 | 89 |
| Depredação do patrimônio | 419 | 42 | 3 | 89 |
| Tiroteio ou bala perdida | 419 | 42 | 3 | 89 |

Das 12 perguntas selecionadas, a com maior número de respostas positivas é quanto à ocorrência de casos de bullying. Do total de escolas públicas do DF em que os diretores responderam o questionário, 278 (cerca de 50,27%) indicam que esse tipo de situação ocorreu poucas vezes, enquanto 30 (5,42%) apontam assinalaram “várias vezes”. A parcela restante de gestores se dividiu entre 156 (28,21%) que afirmam nunca ter ocorrido e 89 (16,94%) que não responderam.

Os dados também indicam uma alta incidência também de casos de discriminação. Dos gestores das escolas públicas do DF que responderam o questionário aplicado pelo Inep, 155 (cerca de 28,02%) indicam a ocorrência de discriminação na unidade poucas vezes, enquanto 7 (1,26%) apontam a frequência como várias vezes. Do total, 301 (54,43%) afirmaram que nunca ocorreu e 90 (16,63%) não responderam ao questionamento.

Há também uma parcela significativa de escolas que apontam a ocorrência de casos relacionados a roubos e furtos. Cerca de 25,49% dos gestores apontam a ocorrência do crime muitas ou poucas vezes. Por outro lado, em resposta à questão sobre a frequência de situações de atentado à vida, apenas cerca de 4,3% responderam de maneira positiva.

3.4 Entrevistas

Para amparar o levantamento com boletins de ocorrência, busquei professores e gestores das escolas que se destacarem no ranking elaborado. No entanto, houve resistência para concederem entrevistas ou, na maior parte dos casos, sequer fui respondido.

A busca, portanto, mudou para outras histórias sobre violência na rede pública de ensino do DF que não necessariamente estivessem relacionadas aos destaques no ranking. O processo de apuração contou com entrevistas por telefone ou por trocas de mensagens de áudio com nove participantes, sendo seis personagens, uma representante de entidade de classe e duas especialistas.

- a) *Joyce Pereira, 20 anos*: egressa de escolas públicas da região administrativa de Brazlândia, acompanhou situações de violência sob a ótica de uma estudante. Ela, embora não tenha sido vítima de nenhum tipo de agressão, conta que via brigas entre alunos de forma recorrente. Em um dos casos, que ganha destaque na reportagem, uma aluna agride outra e, no momento em que um professor tenta intervir, ele também é alvo das agressões. Além disso, relata a presença constante de agentes da Polícia Militar do DF nas imediações da escola;
- b) *B.B.*: professora que pediu para não ser identificada, tendo o nome limitado às iniciais, contou ter vivenciado uma situação de violência enquanto ocupava o cargo de coordenadora educacional de uma escola da região administrativa de Samambaia. Dois alunos a ameaçaram, após não terem a entrada permitida na escola devido ao horário. O caso desencadeou na docente um transtorno de ansiedade generalizado, que impactou na sua saúde e desempenho profissional;

- c) *Cibely Faria, 45 anos*: professora há mais de 20 anos em escolas públicas do DF, há 17 anos atua em unidades escolares da região administrativa de Ceilândia. A docente conta à reportagem uma situação com um aluno que desencadeou um quadro de transtorno de ansiedade, que a afastou da sala de aula. Além disso, relata experiências anteriores que contribuíram para a percepção de violência nas escolas;
- d) *Fabiola Fernandes, 43 anos*: professora da Secretaria de Educação há mais de 25 anos, relata situações de violência acumuladas nesses anos de experiência em sala de aula. Em um dos casos, ao ser alvo de uma agressão física de um estudante, teve um tratamento de saúde comprometido, perdendo cerca de 60% da visão. Anos depois, outro caso marcou a trajetória da docente, a partir de uma ameaça recebida por aplicativo de trocas de mensagens. A promessa de um aluno de que mataria a docente resultou em um quadro de transtorno de ansiedade generalizado;
- e) *Paulo Santos, 41 anos*: o diretor de uma unidade de ensino do Recanto das Emas, além de relatar o esforço diário na resolução de conflitos encontrados em sala de aula, contou um caso de ameaça de ataque armado à instituição. A situação ocorreu no contexto da onda de ataques com ocorreram no país no início de 2023;
- f) *Zenilda Martins, 47 anos*: orientadora educacional da mesma instituição onde atua o diretor Paulo Santos, descreve o esforço na busca por soluções e resolução dos conflitos dentro da escola. Ainda assim, relata que há dificuldade de conter o volume de ocorrências, que em grande parte é relacionada ao bullying e discriminação. Aponta ainda ser necessário um conjunto de ações que ultrapassem a escola, para resolver a situação;
- g) *Letícia Montandon*: diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) aponta vícios no processo de militarização das escolas públicas do DF, além de comentar o contexto de violência contra os docentes de forma geral. Segundo ela, o problema também é propiciado pela falta de recomposição do quadro de profissionais dentro das escolas, o que tem levado os docentes a quadros de sobrecarga;

- h) *Catarina Santos*: a professora da Faculdade de Educação da UnB traça um panorama das ações do governo federal e distrital em torno da busca por soluções contra a violência que atinge as escolas de todo o país. No que se refere ao DF, destaca o esforço do governo Ibaneis em prol da militarização desses espaços, mas avalia a medida como insuficiente, já que atua na repressão e não no combate às causas do problema;

- i) *Marcele Frossard*: coordenadora de programa e política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação contribuiu com o trabalho ao detalhar a onda de ataques às escolas do Brasil nos últimos anos. Ela aponta que as situações são normalmente associadas ao bullying e situações prolongadas de exposição a processos violentos. Além disso, avaliou medidas como a instituição de escolas militarizadas como insuficiente para sanar a questão.

3.5 Apresentação da reportagem

O material obtido durante a apuração foi reunido em um texto de pouco mais de 27 mil caracteres, em que é feito um panorama da situação de violência nas escolas públicas do DF nos últimos anos. A reportagem conta com gráficos e um mapa interativo, por meio do qual é possível navegar pelo DF e clicar nas escolas, para ter acesso à quantidade de ocorrências identificadas na unidade. O recurso foi programado em HTML, CSS e JavaScript, tendo como base a biblioteca Leaflet.

A reportagem foi publicada no site, adaptado tanto para *desktop* quanto *mobile*, https://mateusalomao.github.io/crimes_escolas_publicas.github.io/.

A reportagem está disponibilizada em uma única página da web, em que se concentram o texto e os elementos selecionados para compor o material. Destaca-se que mapa interativo se soma a gráficos e uma galeria de imagens das escolas militarizadas. A escolha de cores se pautou tanto na diferenciação do clássico fundo branco da maioria dos portais de notícias quanto para dar maior dramaticidade ao conteúdo, tendo em vista a sensibilidade do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém destacar a qualidade dos dados fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal criam um obstáculo que dificulta uma detecção exata do número de ocorrências criminais em cada instituição pública de ensino do DF. Erros de classificação, além de imprecisões de endereço, são uma barreira ainda a ser superada a fim de melhor delimitar o cenário de violência nas instituições. O acesso às informações públicas, como relatado no trabalho, ainda é dificultado por limitações de plataformas e erros nas respostas ao cidadão.

Apesar do dificultoso processo de limpeza e extração de análises, os dados apresentados pela PCDF, aliados às entrevistas realizadas no presente trabalho, permitem dizer que o cenário de violência nas escolas públicas do DF tem se acirrado e não dá sinais de arrefecimento. O problema já é parte da rotina desses espaços e as ações de combate não têm se mostrado suficientes para sanar a questão. Ademais, enquanto ocorrências desse tipo seguem ocorrendo nas escolas, a qualidade da interação e o aprendizado entre estudantes continuam a ser afetados.

Embora tenha se engajado na promoção da paz dentro das escolas diante do incremento nos casos de violência, a principal plataforma do atual governo distrital para o combate à violência nas escolas é modelo de gestão compartilhada. A medida, porém, é vista por especialistas como insuficiente para combater as causas da violência escolar, que muitas vezes se relacionam a desigualdades sociais e discriminação. Nesse sentido, a violência nas escolas ainda está longe de um fim.

O mapeamento permite ir além das informações oficialmente divulgadas pela SEEDF e pela SSP a respeito da violência nas escolas públicas do DF. A identificação das escolas com maior número de registros, dispostas em um ranking, lança luz sobre dados que apesar de públicos, não contam com a disponibilização de forma ativa. É na identificação desses destaques, seja pelo alto número de ocorrências ou por outros indicadores, que o poder público pode subsidiar o debate para propor novas ações ou mesmo atestar se as que vem tomando têm sido efetivas no combate ao problema.

Referências Bibliográficas

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17. ed. São Paulo, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: 6 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022. Brasília, DF: Inep, 2023.

CARA, D. et. al. Relatório. O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataque às escolas e alternativas para a ação governamental. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 11 dez. 2022.

CODEPLAN. Percepção de violência no perímetro escolar: estudo de caso na escola de ensino fundamental Dra. Zilda Arns. Brasília, nov. de 2019. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/sumario-executivo/>

DADOS DF, Região Administrativa e RISP: Nota metodológica sobre a publicidade dos dados criminais. In: SEEDF. Brasília, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/dados-por-regiao-administrativa/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020. Portaria Conjunta no 22, de 28 de outubro de 2020. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Brasília, 2 fev. 2021.

GESTÃO Compartilhada. In: SEEDF. Brasília, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/gestao-compartilhada-2/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GALVÃO, Walder. GDF diz que escolas de gestão compartilhada com militares não seguem programa do MEC e mantém modelo. G1. 12 de jul. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/07/12/gdf-diz-que-escolas-de-gestao-compartilhada-com-militares-nao-seguem-programa-do-mec-e-mantem-modelo.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GODOY, M. et al. Governo Lula acaba com programa de escolas civico-militares criado por Jair Bolsonaro. O Estado de S. Paulo. 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/governo-lula-acaba-com-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GOMES, C. A. et al. A violência na ótica de alunos adolescentes do Distrito Federal. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, p. 11–34, 1 abr. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 4 dez. 2023.

JANSEN, T. P. Data drives journalism: o uso e a visualização de bases de dados na produção jornalística. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 5 jul. 2011. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/3669>. Acesso em: 4 dez. 2023.

KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. Ática, 2015. Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/LivroEstrutura.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

LAGE, Nilson. Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. 2017. Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

LIMA, Lara Viviane Silva de. Jornalismo de Precisão - História e Conceito. In: Sala de Prensa. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n22/22_lsilva.html. Acesso em: 4 dez. 2023.

LIMA, Catarina. Plano pela paz nas escolas começa por 126 escolas do DF. SEEDF. 15 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/plano-pela-paz-nas-escolas-comeca-por-126-escolas-do-df/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e Narratividade em Sintonia: Um Percurso Teórico-Conceitual pelos Elementos da Grande Reportagem. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 5 set. 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2343-1.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

LONGHI, Raquel Ritter. Grande reportagem multimídia ontem e hoje. 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, nov. 2014. Disponível em: https://jortec.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/bp-attachments/520/Longhi_SBPJor_2014.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

MARQUES, M. et al. Mais da metade dos professores do DF foram vítimas de violência na escola, diz pesquisa. G1. 18 de set. De 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/09/18/mais-da-metade-dos-professores-do-df-foram-vitimas-de-violencia-na-escola-diz-pesquisa.ghtml>

MEYER, Philip E. The new precision journalism, 1991.

MARTINHO, Ana. Jornalismo de dados: caracterização e fluxos de trabalho <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17493/1/n9-B3.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MARTINS, Maria José D. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1, p. 93-115,

2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37418106.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

NESELLO, Francine et al. Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 14, p. 119-136, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/nLZm37hig3drFxsMSTTCLbm/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 4 dez. 2023.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2009000100012&script=sci_abstract.
Acesso em: 4 dez. 2023.

RIBEIRO, Marli Dias. Extrema violência na escola: a gestão, a comunidade e as possibilidades de superação. **Comunicologia-Revista de Comunicação da UCB**, p. 88-102, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/10025>.
Acesso em: 4 dez. 2023.

RIBEIRO, Jéssica. Vídeo: jovem aponta arma para cabeça de aluna em frente a escola no DF. Metrôpoles. 23 de mar. de 2023. Disponível em:
<https://www.metropoles.com/distrito-federal/video-jovem-aponta-arma-para-cabeca-de-aluna-em-frente-a-escola-no-df>. Acesso em: 4 dez. 2023.

RIEBOLD, C. M. A. Dinâmica da violência na Universidade de Brasília: espacialização e análise das ocorrências de crime no Campus Darcy Ribeiro. Brasília: UnB, 2015. 47 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19242/1/2015_CaioMarcosAmaralRiebold.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

SEYSER, Doris; ZEILLER, Michael. Scrollytelling—an analysis of visual storytelling in online journalism. In: **2018 22nd international conference information visualisation (IV)**. IEEE, 2018. p. 401-406. Disponível em:

<https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/8564193/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas

→ O(a) senhor(a) atua em escolas públicas do DF há quanto tempo? Em quais instituições esteve?

→ Nesse período em que atuou em escolas públicas, o(a) senhor(a) presenciou ou passou por algum caso de violência, seja bullying, agressão etc?

→ Dessas situações de violência, teve alguma que te chamou mais atenção e que o(a) senhor(a) poderia me relatar com mais detalhes? E como essas questões costumam ser resolvidas?

→ O(A) senhor(a), como professor(a), já teve medo de estar em sala de aula ou intervir em alguma situação?

→ A violência aumentou com a retomada das alunas, após o período de isolamento social?

→ Como (a) senhor(a) vê que casos de violência, por exemplo, bullying e brigas, afetam a rotina e o aprendizado dos alunos?

→ Na opinião do(a) senhor(a), o que deveria mudar ou quais medidas deveriam ser tomadas para resolver esse problema da violência que atinge as escolas públicas do DF?

APÊNDICE B

Tabela 2 – Quantidade de ocorrências identificadas por escola públicas do DF, em dados da PCDF relativos a boletins de 2017 a 2022

| Escola | Total |
|-----------------------------|-------|
| CED 01 DA ESTRUTURAL | 77 |
| CEF 01 DO PARANOÁ | 66 |
| CEF 01 DO RIACHO FUNDO II | 53 |
| CEM ELEFANTE BRANCO | 53 |
| CED GISNO | 50 |
| CEM 02 DE CEILÂNDIA | 48 |
| CEM SETOR LESTE | 47 |
| CEF 04 DO GUARÁ | 46 |
| CEF 04 DE PLANALTINA | 44 |
| CEF CASEB | 44 |
| CEF 404 DE SAMAMBAIA | 44 |
| CEF 03 DO PARANOÁ | 43 |
| CEF 01 DO LAGO NORTE | 43 |
| CEM 03 DE CEILÂNDIA | 42 |
| CEM 02 DO GAMA | 41 |
| CED 01 DO ITAPOÃ | 40 |
| CED 07 DE CEILÂNDIA | 39 |
| CEF 25 DE CEILÂNDIA | 38 |
| CEF 411 DE SAMAMBAIA | 38 |
| CED 02 DE TAGUATINGA | 38 |
| CEF 02 DO PARANOÁ | 37 |
| CED SÃO JOSÉ | 37 |
| CEF 14 DE TAGUATINGA | 37 |
| CED SÃO BARTOLOMEU | 36 |
| CED 03 DE SOBRADINHO | 35 |
| CEF 03 DE TAGUATINGA | 35 |
| CED 308 DO RECANTO DAS EMAS | 34 |
| CEF 507 DE SAMAMBAIA | 34 |
| CEF 02 DO GUARÁ | 32 |
| CEF 08 DO GUARÁ | 32 |
| CED 01 DO GUARÁ | 32 |
| CEF 312 DE SAMAMBAIA | 32 |
| CED 02 DE BRAZLÂNDIA | 31 |

| | |
|-------------------------------------|----|
| CEF 28 DE CEILÂNDIA | 30 |
| CED 02 DO RIACHO FUNDO | 30 |
| CEF DOUTORA ZILDA ARNS | 30 |
| CEF 19 DE CEILÂNDIA | 29 |
| CED 07 DO GAMA | 29 |
| CEM EIT | 29 |
| CEF 206 DO RECANTO DAS EMAS | 28 |
| CEF 213 DE SANTA MARIA | 28 |
| CEF 04 DE SOBRADINHO | 28 |
| CEF 12 DE TAGUATINGA | 28 |
| CEM PAULO FREIRE | 27 |
| CEF MIGUEL ARCANJO | 27 |
| CEF 05 DE SOBRADINHO | 27 |
| CEM AVE BRANCA | 27 |
| CEF 02 DE CEILÂNDIA | 25 |
| CEM 01 DE SOBRADINHO | 25 |
| CEF 15 DE TAGUATINGA | 25 |
| CED 06 DE TAGUATINGA | 25 |
| CEM 04 DE CEILÂNDIA | 24 |
| CEF 209 DE SANTA MARIA | 24 |
| CEF 35 DE CEILÂNDIA | 23 |
| CED 11 DE CEILÂNDIA | 23 |
| CEP - ESC TÉCNICA DE CEILÂNDIA | 23 |
| CEF 15 DO GAMA | 23 |
| CEM URSO BRANCO | 23 |
| CEJA ASA SUL - CESAS | 23 |
| CEF 02 DE BRAZLANDIA | 22 |
| CED IRMÃ MARIA REGINA VELANES REGIS | 22 |
| CEF 07 DE CEILÂNDIA | 22 |
| CEF 01 DO GAMA | 22 |
| CEF 11 DO GAMA | 22 |
| CEF GAN | 22 |
| CEM ASA NORTE - CEAN | 22 |
| CEM TAGUATINGA NORTE | 22 |
| CEF 13 DE CEILÂNDIA | 21 |
| CEF 20 DE CEILÂNDIA | 21 |
| CEF 33 DE CEILÂNDIA | 21 |
| CED 14 DE CEILÂNDIA | 21 |
| CEF 02 DA ESTRUTURAL | 21 |
| CED ESTÂNCIA III | 21 |

| | |
|------------------------------|----|
| CEF 106 DO RECANTO DAS EMAS | 21 |
| CED SAO FRANCISCO | 21 |
| CEF 10 DE TAGUATINGA | 21 |
| CEM 12 DE CEILÂNDIA | 20 |
| CEM 01 DO GAMA | 20 |
| CEM 01 DO GUARÁ | 20 |
| CED VALE DO AMANHECER | 20 |
| CEM 02 DE PLANALTINA | 20 |
| CEF 07 DE BRASÍLIA | 20 |
| CED 104 DO RECANTO DAS EMAS | 20 |
| CEF 120 DE SAMAMBAIA | 20 |
| CEF 519 DE SAMAMBAIA | 20 |
| CEM 304 DE SAMAMBAIA | 20 |
| CEM 414 DE SAMAMBAIA | 20 |
| CEF 201 DE SANTA MARIA | 20 |
| CEM 404 DE SANTA MARIA | 20 |
| CEF 04 DE TAGUATINGA | 20 |
| CEF 19 DE TAGUATINGA | 20 |
| CEF 16 DE CEILÂNDIA | 19 |
| CEF 27 DE CEILÂNDIA | 19 |
| CEF 31 DE CEILÂNDIA | 19 |
| CED 16 DE CEILÂNDIA | 19 |
| CEF 04 DO GAMA | 19 |
| CEM 03 DO GAMA | 19 |
| CEM 01 DO PARANOA | 19 |
| CEF 08 DE SOBRADINHO | 19 |
| CEF 09 DE SOBRADINHO | 19 |
| CEF 14 DE CEILÂNDIA | 18 |
| CEF 08 DO GAMA | 18 |
| CEF 10 DO GUARÁ | 18 |
| CED 04 DO GUARÁ | 18 |
| CEF 01 DO NUCLEO BANDEIRANTE | 18 |
| EPAR 210-211 NORTE | 18 |
| CEF POLIVALENTE | 18 |
| CEF 113 DO RECANTO DAS EMAS | 18 |
| CEM 804 DO RECANTO DAS EMAS | 18 |
| CEF 427 DE SAMAMBAIA | 18 |
| CEF 504 DE SAMAMBAIA | 18 |
| CEM 03 DE TAGUATINGA | 18 |
| CEF ATHOS BULÇÃO | 17 |

| | |
|--|----|
| CCMCEF 407 DE SAMAMBAIA | 17 |
| CEF DO BOSQUE | 17 |
| CEF 07 DE SOBRADINHO | 17 |
| CEF 05 DE TAGUATINGA | 17 |
| CED 03 DO GUARÁ | 16 |
| CEM 01 DO RIACHO FUNDO | 16 |
| CEM JULIA KUBITSCHK | 16 |
| CEF 01 DE PLANALTINA | 16 |
| CED STELLA DOS CHERUBINS GUIMARAES TROIS | 16 |
| CEM SETOR OESTE | 16 |
| CED 416 DE SANTA MARIA | 16 |
| CEF 03 DE SOBRADINHO | 16 |
| CEF 09 DE TAGUATINGA | 16 |
| CEF 17 DE TAGUATINGA | 16 |
| CEM 01 DE BRAZLANDIA | 15 |
| CEF 04 DE CEILÂNDIA | 15 |
| CEF 10 DE CEILÂNDIA | 15 |
| CEF 26 DE CEILÂNDIA | 15 |
| CEF 05 DO GAMA | 15 |
| CEF 10 DO GAMA | 15 |
| CEF TELEBRASÍLIA | 15 |
| CEM 01 DE PLANALTINA | 15 |
| CEM 01 DE SÃO SEBASTIÃO | 15 |
| CEF 11 DE TAGUATINGA | 15 |
| CEF 18 DE CEILÂNDIA | 14 |
| CED 06 DO GAMA | 14 |
| CED DARCY RIBEIRO | 14 |
| CEF 03 DE PLANALTINA | 14 |
| CEF 308 DE SANTA MARIA | 14 |
| CEF SANTOS DUMONT | 14 |
| CEF 01 DE BRAZLANDIA | 13 |
| CED 15 DE CEILÂNDIA | 13 |
| CEF 01 DA CANDANGOLÂNDIA | 13 |
| CED DONA AMERICA GUIMARAES | 13 |
| CEF 01 DO CRUZEIRO | 13 |
| CEF 104 NORTE | 13 |
| CEF 101 DO RECANTO DAS EMAS | 13 |
| CEF 405 DO RECANTO DAS EMAS | 13 |
| CED MYRIAM ERVILHA | 13 |
| CEF 03 DE BRAZLANDIA | 12 |

| | |
|---|----|
| CEF 11 DE CEILÂNDIA | 12 |
| CEF 04 DO PARANOÁ | 12 |
| CED 03 DE PLANALTINA | 12 |
| CEF 03 DE BRASÍLIA | 12 |
| CEF 05 DE BRASÍLIA | 12 |
| CED 02 DO CRUZEIRO | 12 |
| ESC DO PARQUE DA CIDADE - PROEM | 12 |
| CEF 602 DO RECANTO DAS EMAS | 12 |
| CEM 111 DO RECANTO DAS EMAS | 12 |
| CED 04 DE TAGUATINGA | 12 |
| CEM 02 DE BRAZLANDIA | 11 |
| EC 38 DE CEILÂNDIA | 11 |
| CEF 12 DE CEILÂNDIA | 11 |
| CEF 32 DE CEILÂNDIA | 11 |
| CEF 03 DO GAMA | 11 |
| CED 08 DO GAMA | 11 |
| CEF 03 DA ESTRUTURAL | 11 |
| CEF 02 DE PLANALTINA | 11 |
| CEF 02 DO ARAPOANGA | 11 |
| CEF 306 NORTE | 11 |
| CEF 103 DE SANTA MARIA | 11 |
| CEF 316 DE SANTA MARIA | 11 |
| CEF 01 DE SOBRADINHO | 11 |
| CEF VILA AREAL | 11 |
| CED INCRA 08 | 10 |
| EC 68 DE CEILÂNDIA | 10 |
| CEF 30 DE CEILÂNDIA | 10 |
| EC 29 DO GAMA | 10 |
| EC 08 DO GUARÁ | 10 |
| CEF NOSSA SENHORA FÁTIMA | 10 |
| CEE 01 DE PLANALTINA | 10 |
| EC 411 NORTE | 10 |
| CEF 102 NORTE | 10 |
| EC 401 DO RECANTO DAS EMAS | 10 |
| CED 619 DE SAMAMBAIA | 10 |
| CAIC SANTA MARIA | 10 |
| CEM 417 DE SANTA MARIA | 10 |
| EC 42 DE TAGUATINGA | 10 |
| CEF PROF MARIA DO ROSÁRIO GONDIM DA SILVA | 9 |
| CED 06 DE CEILÂNDIA | 9 |

| | |
|--------------------------------|---|
| CEM 10 DE CEILÂNDIA | 9 |
| CED POMPILIO MARQUES DE SOUZA | 9 |
| CEF 405 SUL | 9 |
| EC 425 DE SAMAMBAIA | 9 |
| CED 310 DE SANTA MARIA | 9 |
| CEF CERAMICA SAO PAULO | 9 |
| EC 16 DE SOBRADINHO | 9 |
| CED PROF CARLOS RAMOS MOTA | 9 |
| CEF 08 DE TAGUATINGA | 9 |
| CED 07 DE TAGUATINGA | 9 |
| EC 18 DE CEILÂNDIA | 8 |
| EC 19 DE CEILÂNDIA | 8 |
| EC 36 DE CEILÂNDIA | 8 |
| CEF 01 DO GUARÁ | 8 |
| CEF 05 DO GUARÁ | 8 |
| CED 01 DO RIACHO FUNDO II | 8 |
| EC 308 SUL | 8 |
| CED DO LAGO NORTE | 8 |
| CEE 02 DE BRASÍLIA | 8 |
| CEF 801 DO RECANTO DAS EMAS | 8 |
| CEF 802 DO RECANTO DAS EMAS | 8 |
| EC 415 DE SAMAMBAIA | 8 |
| EC 419 DE SAMAMBAIA | 8 |
| EC 116 DE SANTA MARIA | 8 |
| CEF 418 DE SANTA MARIA | 8 |
| EC 15 DE SOBRADINHO | 8 |
| EC 16 DE CEILÂNDIA | 7 |
| EC 34 DE CEILÂNDIA | 7 |
| EC 65 DE CEILÂNDIA | 7 |
| CEM 09 DE CEILÂNDIA | 7 |
| EC 01 DO RIACHO FUNDO II | 7 |
| CEF 08 DE PLANALTINA | 7 |
| CEF 01 DO VARJÃO | 7 |
| EC 803 DO RECANTO DAS EMAS | 7 |
| CEF 301 DO RECANTO DAS EMAS | 7 |
| CAIC HELENA REIS | 7 |
| CAIC PROF WALTER JOSE DE MOURA | 7 |
| CEM 05 DE TAGUATINGA | 7 |
| CAIC PROF ANISIO TEIXEIRA | 6 |
| EC 10 DE CEILÂNDIA | 6 |

| | |
|--|---|
| EC 22 DE CEILÂNDIA | 6 |
| CEF 34 DE CEILÂNDIA | 6 |
| EC 01 DO GAMA | 6 |
| CED CASA GRANDE | 6 |
| EC 05 DO GUARÁ | 6 |
| EC 07 DE PLANALTINA | 6 |
| EC MESTRE DARMAS | 6 |
| EC SANTOS DUMONT | 6 |
| CED VARZEAS | 6 |
| EC 304 NORTE | 6 |
| EC 314 SUL | 6 |
| CEF 214 SUL | 6 |
| CEE 01 DE BRASÍLIA | 6 |
| CEF 306 DO RECANTO DAS EMAS | 6 |
| CAIC AYRTON SENNA | 6 |
| EC 511 DE SAMAMBAIA | 6 |
| EC 604 DE SAMAMBAIA | 6 |
| CEF 412 DE SAMAMBAIA | 6 |
| CAIC ALBERT SABIN | 6 |
| CAIC UNESCO | 6 |
| EC 17 DE SOBRADINHO | 6 |
| EC 12 DE TAGUATINGA | 6 |
| EC 27 DE TAGUATINGA | 6 |
| EC 29 DE TAGUATINGA | 6 |
| EC 54 DE TAGUATINGA | 6 |
| EBLP DE TAGUATINGA | 6 |
| CEP - ESC TÉCNICA DE BRASÍLIA | 6 |
| CED VENDINHA | 5 |
| CAIC BERNARDO SAYAO | 5 |
| EC 45 DE CEILÂNDIA | 5 |
| EC 52 DE CEILÂNDIA | 5 |
| EC CORREGO DAS CORUJAS | 5 |
| ESCOLA CLASSE JUSCELINO KUBITSCHKEK - SOL NASCENTE | 5 |
| EC 10 DO GAMA | 5 |
| EC 15 DO GAMA | 5 |
| CED GESNER TEIXEIRA | 5 |
| CIL DO GAMA | 5 |
| EC 01 DO GUARÁ | 5 |
| CEE 01 DO GUARÁ | 5 |
| EC 03 DO NUCLEO BANDEIRANTE | 5 |

| | |
|---------------------------------|---|
| CED AGROURBANO IPE RIACHO FUNDO | 5 |
| CAIC SANTA PAULINA | 5 |
| EC 03 DO PARANOÁ | 5 |
| EC 06 DO PARANOÁ | 5 |
| CED DO PAD-DF | 5 |
| EC 115 NORTE | 5 |
| EC 304 SUL | 5 |
| EC 316 SUL | 5 |
| EC 413 SUL | 5 |
| CEF 01 DO PLANALTO | 5 |
| CEF 02 DE BRASÍLIA | 5 |
| CEF 06 DE BRASÍLIA | 5 |
| CED DO LAGO | 5 |
| EC VILA BURITIS | 5 |
| EC 108 DE SAMAMBAIA | 5 |
| EC 501 DE SAMAMBAIA | 5 |
| EC 614 DE SAMAMBAIA | 5 |
| CED 123 DE SAMAMBAIA | 5 |
| EC 203 DE SANTA MARIA | 5 |
| CEF 403 DE SANTA MARIA | 5 |
| CEE 01 DE SANTA MARIA | 5 |
| CEF NOVA BETÂNIA | 5 |
| CEM 02 DE SOBRADINHO | 5 |
| CEE 01 DE SOBRADINHO | 5 |
| EC 50 DE TAGUATINGA | 5 |
| CEF 16 DE TAGUATINGA | 5 |
| EC 03 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 13 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 26 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 27 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 43 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 47 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 50 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 56 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 59 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EC 66 DE CEILÂNDIA | 4 |
| EPAR ANÍSIO TEIXEIRA | 4 |
| EC 02 DO GAMA | 4 |
| EC 14 DO GAMA | 4 |
| CEF PONTE ALTA NORTE | 4 |

| | |
|---------------------------------------|---|
| EC 02 DO GUARÁ | 4 |
| EC 07 DO GUARÁ | 4 |
| CAIC JUSCELINO KUBITSCHEK | 4 |
| CEF METROPOLITANA | 4 |
| EC 01 DO PARANOÁ | 4 |
| EC 04 DO PARANOÁ | 4 |
| CED 02 DO PARANOÁ | 4 |
| EC 01 DO ARAPOANGA | 4 |
| EC 113 NORTE | 4 |
| EC 407 NORTE | 4 |
| EC 410 SUL | 4 |
| EC 415 NORTE | 4 |
| EPAR 313-314 SUL | 4 |
| CEF 01 DE BRASÍLIA | 4 |
| CEF 04 DE BRASÍLIA | 4 |
| CIL 02 DE BRASÍLIA | 4 |
| ESC MENINOS E MENINAS DO PARQUE | 4 |
| CEF 115 DO RECANTO DAS EMAS | 4 |
| EC 317 DE SAMAMBAIA | 4 |
| EC 318 DE SAMAMBAIA | 4 |
| EC 325 DE SAMAMBAIA | 4 |
| EC 512 DE SAMAMBAIA | 4 |
| EC 206 DE SANTA MARIA | 4 |
| EC 218 DE SANTA MARIA | 4 |
| CEF SARGENTO LIMA | 4 |
| EC AGROVILA SÃO SEBASTIÃO | 4 |
| EC BELA VISTA | 4 |
| EC 10 DE SOBRADINHO | 4 |
| EC 06 DE TAGUATINGA | 4 |
| EC 08 DE TAGUATINGA | 4 |
| EC 11 DE TAGUATINGA | 4 |
| EC 13 DE TAGUATINGA | 4 |
| EC 19 DE TAGUATINGA | 4 |
| CAIC PROF BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA | 3 |
| EC 08 DE BRAZLANDIA | 3 |
| EC INCRA 06 | 3 |
| EPAR DA NATUREZA DE BRAZLÂNDIA | 3 |
| CED 04 DE BRAZLANDIA | 3 |
| EC 01 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 02 DE CEILÂNDIA | 3 |

| | |
|---|---|
| EC 08 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 17 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 21 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 25 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 29 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 35 DE CEILÂNDIA | 3 |
| EC 64 DE CEILÂNDIA | 3 |
| CEF BOA ESPERANCA | 3 |
| CED INCRA 09 | 3 |
| EC 03 DO GAMA | 3 |
| EC 12 DO GAMA | 3 |
| EC 21 DO GAMA | 3 |
| EC 22 DO GAMA | 3 |
| EC 28 DO GAMA | 3 |
| CED ENGENHO DAS LAJES | 3 |
| EC 01 DA VILA ESTRUTURAL | 3 |
| EC 03 DO GUARÁ | 3 |
| CEP ESC TECNICA DO GUARÁ PROF TERESA ONDINA MALTESE | 3 |
| EC 02 DA CANDANGOLÂNDIA | 3 |
| EC 02 DO RIACHO FUNDO | 3 |
| EC 04 DO NÚCLEO BANDEIRANTE | 3 |
| EC 02 DO PARANOA | 3 |
| EC 05 DO PARANOA | 3 |
| EC 04 DE PLANALTINA | 3 |
| EC 10 DE PLANALTINA | 3 |
| EC 16 DE PLANALTINA | 3 |
| EC ALTA-MIR | 3 |
| EC APRODARMAS | 3 |
| EC PARANÁ | 3 |
| CEF ARAPOANGA | 3 |
| CEF JUSCELINO KUBITSCHK | 3 |
| CED TAQUARA | 3 |
| EC 08 DO CRUZEIRO | 3 |
| EC 106 NORTE | 3 |
| EC 206 SUL | 3 |
| EC 305 SUL | 3 |
| EC 312 NORTE | 3 |
| EC 404 DO RECANTO DAS EMAS | 3 |
| EC 431 DE SAMAMBAIA | 3 |
| EC 510 DE SAMAMBAIA | 3 |

| | |
|-----------------------------------|---|
| EC 831 DE SAMAMBAIA | 3 |
| CEE 01 DE SAMAMBAIA | 3 |
| EC 100 DE SANTA MARIA | 3 |
| EC 303 DE SÃO SEBASTIÃO | 3 |
| EC SAO BARTOLOMEU | 3 |
| CAIC JULIA KUBITSCHEK DE OLIVEIRA | 3 |
| EC 01 DE SOBRADINHO | 3 |
| EC 04 DE SOBRADINHO | 3 |
| EC 01 DE TAGUATINGA | 3 |
| EC 16 DE TAGUATINGA | 3 |
| EC 41 DE TAGUATINGA | 3 |
| EC 45 DE TAGUATINGA | 3 |
| EC 46 DE TAGUATINGA | 3 |
| CIL DE TAGUATINGA | 3 |
| EC 01 DE BRAZLÂNDIA | 2 |
| EC 07 DE BRAZLÂNDIA | 2 |
| EC CHAPADINHA | 2 |
| CEF INCRA 07 | 2 |
| EC 06 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 11 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 20 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 31 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 39 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 46 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 48 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 55 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 61 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC 62 DE CEILÂNDIA | 2 |
| EC JIBOIA | 2 |
| CEE 02 DE CEILÂNDIA | 2 |
| CIL DE CEILÂNDIA | 2 |
| JI 04 DO GAMA | 2 |
| CEF TAMANDUÁ | 2 |
| CEE 01 DO GAMA | 2 |
| CEI 01 DA ESTRUTURAL | 2 |
| EC 02 DA ESTRUTURAL | 2 |
| EC 06 DO GUARÁ | 2 |
| EC 05 DO NUCLEO BANDEIRANTE | 2 |
| EC IPE | 2 |
| CEF LOBO GUARÁ | 2 |

| | |
|-------------------------------------|---|
| CED VARGEM BONITA | 2 |
| EC QUEBRADA DOS NERIS | 2 |
| EC SOBRADINHO DOS MELOS | 2 |
| CIL 01 DO PARANOA | 2 |
| CAIC ASSIS CHATEAUBRIAND | 2 |
| EC 01 DE PLANALTINA | 2 |
| EC 03 DE PLANALTINA | 2 |
| EC 09 DE PLANALTINA | 2 |
| EC 15 DE PLANALTINA | 2 |
| EC CORREGO DO MEIO | 2 |
| EC NUCLEO RURAL CORREGO DO ATOLEIRO | 2 |
| CEF RIO PRETO | 2 |
| CED OSÓRIO BACCHIN | 2 |
| CED PIPIRIPAU II | 2 |
| EC 01 SHI-SUL | 2 |
| EC 06 DO CRUZEIRO | 2 |
| EC 114 SUL | 2 |
| EC 204 SUL | 2 |
| EC 403 NORTE | 2 |
| EC 405 NORTE | 2 |
| EC 416 SUL | 2 |
| EC 708 NORTE | 2 |
| EC JARDIM BOTÂNICO | 2 |
| EPAR 210-211 SUL | 2 |
| CED 01 DE BRASÍLIA | 2 |
| EC 203 DO RECANTO DAS EMAS | 2 |
| EC 510 DO RECANTO DAS EMAS | 2 |
| CEI 210 DE SAMAMBAIA | 2 |
| EC 403 DE SAMAMBAIA | 2 |
| EC 410 DE SAMAMBAIA | 2 |
| EC 502 DE SAMAMBAIA | 2 |
| EC GUARIROBA | 2 |
| EC 215 DE SANTA MARIA | 2 |
| EC DOM BOSCO | 2 |
| EC VILA NOVA | 2 |
| CEF JATAÍ | 2 |
| CED ZUMBI DOS PALMARES | 2 |
| CEI 01 DE SOBRADINHO | 2 |
| EC ENGENHO VELHO | 2 |
| EC LOBEIRAL | 2 |

| | |
|-----------------------------|---|
| EC OLHOS D'ÁGUA | 2 |
| CEM 04 DE SOBRADINHO | 2 |
| CEI 03 DE TAGUATINGA | 2 |
| CEI ÁGUAS CLARAS | 2 |
| EC 02 DE VICENTE PIRES | 2 |
| EC 10 DE TAGUATINGA | 2 |
| EC 18 DE TAGUATINGA | 2 |
| EC 39 DE TAGUATINGA | 2 |
| EC 52 DE TAGUATINGA | 2 |
| CEE 01 DE TAGUATINGA | 2 |
| EC 01 INCRA 08 | 1 |
| EC 03 DE BRAZLANDIA | 1 |
| EC 05 DE BRAZLANDIA | 1 |
| EC 06 DE BRAZLANDIA | 1 |
| EC BUCANHÃO | 1 |
| EC POLO AGRICOLA DA TORRE | 1 |
| CIL DE BRAZLÂNDIA | 1 |
| CEI 01 DE CEILÂNDIA | 1 |
| EC 12 DE CEILÂNDIA | 1 |
| EC 24 DE CEILÂNDIA | 1 |
| EC 28 DE CEILÂNDIA | 1 |
| EC 40 DE CEILÂNDIA | 1 |
| EC DO SETOR P NORTE | 1 |
| JI 02 DO GAMA | 1 |
| CEI 01 DO GAMA | 1 |
| CAIC CARLOS CASTELLO BRANCO | 1 |
| EC 06 DO GAMA | 1 |
| EC 07 DO GAMA | 1 |
| EC 09 DO GAMA | 1 |
| EC 16 DO GAMA | 1 |
| EC 17 DO GAMA | 1 |
| EC 18 DO GAMA | 1 |
| EC 19 DO GAMA | 1 |
| EC CÓRREGO BARREIRO | 1 |
| EC PONTE ALTA DE CIMA | 1 |
| EC 03 DA ESTRUTURAL | 1 |
| EC DO SRIA | 1 |
| JI 01 DO RIACHO FUNDO II | 1 |
| CEI DA CANDANGOLÂNDIA | 1 |
| EC 01 DA CANDANGOLÂNDIA | 1 |

| | |
|---|---|
| EC AGROVILA II | 1 |
| EC KANEGAE | 1 |
| EC VERDE DO RIACHO FUNDO I | 1 |
| EC 01 DE ITAPOÃ | 1 |
| EC 02 DO ITAPOÃ | 1 |
| EC ALTO INTERLAGOS | 1 |
| EC BOQUEIRÃO | 1 |
| EC CAFE SEM TROCO | 1 |
| EC COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DO PARANOÁ - EC CAP | 1 |
| EC CORA CORALINA | 1 |
| EC NATUREZA | 1 |
| CEF BURITI VERMELHO | 1 |
| CEI 01 DE PLANALTINA | 1 |
| EC 05 DE PLANALTINA | 1 |
| EC 13 DE PLANALTINA | 1 |
| EC 14 DE PLANALTINA | 1 |
| EC ESTANCIA DE PLANALTINA | 1 |
| EC ETA 44 | 1 |
| EC PEDRA FUNDAMENTAL | 1 |
| EC VALE DO SOL | 1 |
| CENTRO EDUCACIONAL AGUAS DO CERRADO - CEDAC | 1 |
| CEP - ESC TECNICA DE PLANALTINA | 1 |
| JI 312 NORTE | 1 |
| CEI 01 DE BRASÍLIA | 1 |
| EC 102 SUL | 1 |
| EC 108 SUL | 1 |
| EC 111 SUL | 1 |
| EC 209 SUL | 1 |
| EC DO SMU | 1 |
| EC GRANJA DO TORTO | 1 |
| EPAR 307-308 SUL | 1 |
| CEE DE DEFICIENTES VISUAIS - CEEDV | 1 |
| CIL 01 DE BRASÍLIA | 1 |
| JI 603 DO RECANTO DAS EMAS | 1 |
| CEI 310 DO RECANTO DAS EMAS | 1 |
| CEI PINHEIRINHO ROXO | 1 |
| EC 102 DO RECANTO DAS EMAS | 1 |
| CEI 307 DE SAMAMBAIA | 1 |
| EC 121 DE SAMAMBAIA | 1 |
| EC 303 DE SAMAMBAIA | 1 |

| | |
|-------------------------|---|
| EC 01 DO PORTO RICO | 1 |
| CEI 01 DE SÃO SEBASTIÃO | 1 |
| CEI PARQUE DOS IPÊS | 1 |
| EC AGUILHADA | 1 |
| EC VILA DO BOA | 1 |
| CIL 01 DE SÃO SEBASTIÃO | 1 |
| CEI 02 DE SOBRADINHO | 1 |
| CEI 03 DE SOBRADINHO | 1 |
| EC 05 DE SOBRADINHO | 1 |
| EC 13 DE SOBRADINHO | 1 |
| EC 14 DE SOBRADINHO | 1 |
| EC CORREGO DO OURO | 1 |
| EC SONHEM DE CIMA | 1 |
| CIL DE SOBRADINHO | 1 |
| CEI 01 DE TAGUATINGA | 1 |
| CEI 05 DE TAGUATINGA | 1 |
| EC 15 DE TAGUATINGA | 1 |
| EC 17 DE TAGUATINGA | 1 |
| EC 53 DE TAGUATINGA | 1 |
| EC 55 DE TAGUATINGA | 1 |